

CONTEÚDO PATROCINADO POR



Medidas podem reduzir tributação sobre o setor

Empresas de cruzeiros buscam isonomia ao sugerir soluções conjuntas com o Governo Federal

O setor de cruzeiros marítimos tem buscado construir soluções conjuntas com o Governo Federal e parlamentares para tornar a tributação mais justa e, assim, melhorar o ambiente de negócios.

O presidente da CLIA Brasil, Marco Ferraz, disse que, após sugestão do setor, o governo estuda a edição de uma medida provisória para pôr fim à incidência de PIS/Cofins sobre o afretamento de embarcações e sobre venda e importação de óleo combustível marítimo (bunker). Essa tributação é atualmente exclusiva do setor de cruzeiros, não impactando o segmento de cargas, por exemplo.

De acordo com Ferraz, a CLIA e outras entidades estiveram, recentemente, em reunião com o presidente Jair Bolsonaro, a convite do ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, para tratar da tributação sobre o setor. Ele contou que o presidente da República se mostrou receptivo à proposta de isonomia feita pelo setor e encaminhou os estudos para o Ministério da Economia.

“Essa tributação gera um impacto muito grande para o setor, mas para o governo, não. Para a indústria de cruzeiro isso afeta o preço final e torna o Brasil pouco competitivo”, afirmou Ferraz.

Também está em análise pelo governo a prorrogação da medida provisória que reduz de 25% para 6% a alíquota sobre remessas enviadas ao exterior para pagamentos de serviços turísticos. A medida perde a validade ao final deste



André Pousada, diretor de Rel. Gov. para América Latina e Caribe da Royal Caribbean



Rene Hermann, pres. institucional da Costa Cruzeiros



Estela Farina, dir. geral da Norwegian Cruise Lines no Brasil



Adrian Ursilli, country manager Brasil da MSC Cruzeiros



Marcelo Álvaro Antônio, ministro do Turismo

ano e vai afetar todo o trade do turismo se não for estendida.

INCENTIVO AO TURISMO
O ministro do Turismo disse que o governo

reconhece a relevância dos segmentos turísticos para a economia do País e, por isso, já adotou medidas de estímulo. Entre elas, está a isenção de vistos para turistas dos Estados

Unidos, Canadá, Japão e Austrália, demanda de mais de 15 anos do setor de turismo. Marcelo Álvaro também citou a aprovação de medida provisória que permite até 100% de capital estrangeiro em companhias aéreas brasileiras. “Foi uma ação importantíssima, mostrando que o Brasil agora abre o mercado para o mundo”, disse.

No Fórum, o ministro anunciou que, em cerca de 30 dias, será lançada a linha de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no total de R\$ 5 bilhões para a construção de 15 portos.

O ministro lembrou que, apesar de o Brasil ter quase 210 milhões de habitantes, o País responde por apenas 0,25% do número de cruzeiristas no mundo. “Quando

cheguei no Ministério, me perguntava como uma costa tão bela, tão maravilhosa, podia ter apenas sete navios operando. E o Marco [Ferraz, presidente da CLIA Brasil], melhor do que ninguém, nos explicou que os cruzeiros marítimos ainda engatinham em nosso País, principalmente pela falta de infraestrutura portuária”, disse.

MUDANÇAS NA LEGISLAÇÃO

O presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Turismo (Frentur), o deputado federal Herculano Passos, destacou que são necessárias mudanças na legislação para incentivar os cruzeiros. Ele acrescentou que, com a retomada do crescimento econômico e as reformas da Previdência e Tributária, haverá mais

investimentos no País. “O sonho do brasileiro é conhecer o Brasil — isso foi constatado em uma pesquisa feita pelo Sebrae. E a gente, como representante do povo, quer que esse sonho seja realizado. E para isso, tem que diminuir o custo do turismo. Para o setor naval, é importante ter menos burocracia na atracagem nos portos, diminuir o custo do querosene, diminuir os impostos”, disse, destacando que relatou projeto de lei que reduz PIS/Cofins sobre serviços de cruzeiros. O texto seguiu para tramitação no Senado.

REGULAÇÃO DO SETOR

Durante o Fórum, especialistas também debateram sobre a regulamentação da praticagem, serviço técnico de assessoria aos comandantes de navios. O prático é o profissional habilitado pela Marinha do Brasil para garantir condições de segurança, levando em consideração ondas, maré, vento, correnteza, profundidade, tráfego e se há bancos de areia, por exemplo. Os valores do serviço são livremente negociados entre os práticos e as empresas. Entretanto, com os preços acima da média mundial, como foi dito durante o debate, é preciso discutir uma regulação econômica para que se tenham custos mais competitivos. Algumas das sugestões apontadas pelos especialistas foram a criação de uma contabilidade regulatória e que a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) passe a ser reguladora do setor.

Insegurança jurídica prejudica setor de cruzeiros

Um dos maiores entraves do setor de cruzeiros são as questões trabalhistas. Especialistas ouvidos durante o III Fórum CLIA Brasil 2019 consideraram que o poder Judiciário no Brasil falha na interpretação da legislação relacionada ao trabalho marítimo internacional, por desconhecimento sobre o dia a dia do tripulante e por se basear em princípios abstratos, sem amparo na legislação.

Com isso, há estímulo às ações trabalhistas. Há atualmente passivo trabalhista de cerca de R\$ 200 milhões relacionado a 1,5 mil ações.

O problema está na aplicação pelos juízes da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em vez da Convenção Internacional do Trabalho Marítimo, criada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 2006, e que é respeitada pelos navios em

todos os destinos operados no Mundo. Essa situação, avaliaram os especialistas, fere o princípio da segurança jurídica, primordial para as empresas investirem no Brasil.

Em outros países a Convenção já foi ratificada, mas no Brasil ainda está em tramitação no Congresso Nacional. Apesar disso, há três anos, o setor assinou um Termo de Ajustamento de Conduta com o Ministério

Público do Trabalho para cumprir as regras da Convenção.

Participaram deste painel o coordenador regional do Trabalho Marítimo e Aquaviário do Ministério Público do Rio de Janeiro, Maurício Coentro, e os advogados especialistas Rodrigo Mattos, Patrícia Lima e Valtom Pessoa. A mediação do debate ficou com o professor e advogado Nelson Mannrich.



Próxima temporada terá novos atrativos

A temporada 2019/2020 terá 8 navios e mais opções de destinos para os cruzeiristas

Cidades já estão preparadas, e empresas de cruzeiro têm roteiros definidos para a temporada 2019/2020. No total, serão oito navios, com 530.121 leitos divididos por 144 roteiros.

Além do já tradicional Porto de Santos, com previsão de quase 100 embarques, a próxima temporada traz novidades. Uma delas é a cidade de Itajaí, em Santa Catarina, que passará a ter embarques e

desembarques. Também em Santa Catarina, as conversas avançam no sentido de buscar novos destinos, como São Francisco do Sul, Florianópolis, Imbituba e Penha, que já tem sucesso com o Parque Beto Carrer World. O prefeito de Penha, Aquiles da Costa, quer aproveitar mais o potencial da região, com inauguração de um pier exclusivo para receber os navios de cruzeiros. “Providenciaremos um pier para que as pessoas

possam conhecer a beleza da nossa cidade”, disse. Ainda no estado, Balneário Camboriú está incluída na rota de transatlânticos pela terceira vez e contará com 28 escalas.

No Nordeste, Salvador se transformou em um importante ponto de embarque, com mais de 50 escalas e 200 mil cruzeiristas. O secretário de Turismo da Bahia, Fausto Franco, disse que é importante somar forças entre o setor

público e o privado para que mais navios venham para o Brasil. “O estado entendeu que os navios estão no centro do desenvolvimento do turismo da região e do País. O papel do estado é viabilizar, e do privado, fazer”, afirmou.

O prefeito de Búzios, Henrique Gomes, disse que o compromisso é manter o pier da região “à altura de receber os transatlânticos”. “Hoje é um atrativo para a economia de nosso

município. E estamos estudando a viabilidade para mais um ponto de fundeio para ter mais navios”, afirmou.

A secretária de Turismo de Ilhabela, Bianca Colepicolo, disse que a cidade quer estar sempre pronta para receber os navios, com segurança. “Temos que trabalhar muito pensando em integração com a população do lugar e em conjunto com órgãos do estado”, disse.

Durante o Fórum, destacou-se que os terminais de passageiros estão cada vez melhores para receber os cruzeiristas. Os terminais de Santos (Concais - SP), Rio de Janeiro (Pier Mauá - RJ), Salvador (Contermas - BA), Recife (Porto de Recife - PE) e Itajaí (Pier Turístico - SC) acompanham a evolução da indústria de cruzeiros, com a vinda de navios maiores e mais modernos à costa brasileira.